

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 71

"Crescimento Econômico e
Oferta de Alimentos no Brasil"

Gervásio Castro de Rezende

Janeiro de 1985

200.000
157
IPEA
LEIT
T 1171

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SEPLAN - P.I.E.
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL
SETOR DE
TOMBO
Fº 2032 14538-6
DATA 19 / 03 / 85

Tiragem: 95 exemplares

Trabalho elaborado em: Dezembro de 1984

Instituto de Pesquisas do IPEA
Instituto de Planejamento Econômico e Social
Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 130/170 andar
20.020 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (021) 210-2423

Este trabalho é da inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

TEXTO PARA DISCUSSÃO INTERNA Nº 71

Crescimento Econômico e Oferta de Alimentos no Brasil

Gervásio Castro de Rezende

Brasília, julho de 1985

SEPLAN - P. R.
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL
SETOR DE TOMBO
Fº 1032 14538-6
DATA 19 / 03 / 85

Tiragem: 95 exemplares

Trabalho elaborado em: Dezembro de 1984

Instituto de Pesquisas do IPEA
Instituto de Planejamento Econômico e Social
Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 130/170 andar
20.020 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (021) 210-2423

Este trabalho é da inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E OFERTA DE ALIMENTOS NO BRASIL

Gervásio Castro de Rezende

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo oferecer uma contribuição à análise do desempenho insatisfatório da oferta interna de alimentos na década dos setenta, uma questão que ficou conhecida como o "problema da produção de alimentos".

De acordo com a breve revisão bibliográfica apresentada na Seção 1 (que inclui também uma síntese da evidência empírica pertinente), esse problema tem sido explicado como decorrência de uma inferioridade competitiva dos produtos doméstico-alimentares, vis-à-vis os produtos exportáveis, nos mercados de fatores agrícolas. Essa inferioridade competitiva - responsável por uma realocação de recursos na direção dos produtos exportáveis, em prejuízo dos produtos domésticos - por sua vez, teria resultado dos maiores estímulos obtidos pelo subsetor de exportáveis, em parte como decorrência da própria ação do governo.

Este trabalho propõe, entretanto, que o problema da produção de alimentos, aparente a partir do final dos anos sessenta, refletiu uma inferioridade competitiva do subsetor de alimentos não apenas em relação ao subsetor de exportáveis, mas também com respeito aos setores urbanos da economia - então num processo de rápido crescimento econômico. Nesta base, sugerir-se-á a existência, no período, de um (provavelmente forte)nexo causal negativo entre o crescimento econômico per se e a oferta interna de alimentos.

O argumento principal é apresentado na Seção 3, e se baseia numa discussão sistemática - apresentada na Seção 2 - de características singulares da produção de alimentos. Essas singularidades da produção alimentar implicam em tornar muito elevada a parcela relativa ao custo de mão-de-obra no custo unitário total, e

em fazer com que a oferta de alimentos sofra um impacto negativo do mero crescimento econômico, devido à melhoria das alternativas de emprego da mão-de-obra nos mercados de trabalho urbanos e rurais.

Uma característica importante dessa análise é atribuir menor ênfase à inter-relação alimentos-exportáveis dentro da agricultura, e maior ênfase à inter-relação alimentos-mercado de trabalho da economia. Como resultado disso, será possível propor, nas considerações finais (Seção 4), que numa fase como a atual, de ritmo menor de crescimento e ampliação do subemprego e desemprego, deve-se esperar um maior potencial de crescimento da produção de alimentos, o que, indiretamente, torna mais factível a contribuição simultânea da agricultura ao balanço de pagamentos. O trabalho superetanto, medidas governamentais que podem facilitar a via brezca desse maior potencial de crescimento da oferta de alimentos.

1 - INCERTEZA NA AGRICULTURA E OFERTA INTERNA DE ALIMENTOS

1.1 - O crescimento inadequado da oferta de alimentos

Barros e Graham (1978) apresentam informações segundo as quais a produção e a produtividade agrícola cresceram mais no sub-setor de exportáveis do que no de produtos domésticos. Naturalmente, esse fato pouco significa, a menos que se mostre também que tem havido escassez nos mercados de produtos domésticos, com pressões sobre os preços. Entretanto, esses autores argumentam que isso de fato aconteceu. Em particular, enfatizam uma estimativa de elevação do "preço real da caloria" de 100%, entre 1971 e 1976. Essa estimativa, em que se incluem arroz, feijão, mandioca, batata e trigo, baseou-se na divisão do valor da produção dessas culturas, a preços de produtor, pela quantidade real de calorias impli-citas nas quantidades produzidas. Essa elevação de preço seria consistente, segundo esses autores, com um decréscimo de 10 a 20% na oferta per capita de calorias provenientes desses produtos, no mesmo período.

Ao mesmo tempo, Barros e Graham mostram que o "grau de abertura" da agricultura brasileira - isto é, a proporção exportada do total da produção agrícola - aumentou de 10 para 20% no período 1965/75. Para os exportáveis, essa proporção aumentou de 30 para 50%, enquanto para os produtos domésticos oscilou entre 0 e 2%. O complemento exato desse "grau de abertura" dá a disponibilidade doméstica de produtos agrícolas; em termos per capita, o valor da disponibilidade total aumentou de 10% entre 1963 e 1970, de 12% entre 1963 e 1975, e somente de 1,7% entre 1970 e 1975. Ao desagregarem essa disponibilidade total, esses autores acharam que, entre 1963 e 1970, a disponibilidade de produtos domésticos aumentou 12,8%, enquanto a de exportáveis subiu apenas 2%; entre 1970 e 1975, contudo, a disponibilidade proveniente dos exportáveis aumentou de 20%, enquanto a dos bens domésticos caiu quase 4%.

Essa piora na disponibilidade doméstica de alimentos na década dos setenta foi também objeto de análise de Homem de Melo (1983b), de onde foi tirada a Tabela 1. Nas palavras desse autor, essa tabela revela "uma profunda alteração [no desempenho da agricultura brasileira]. Isto é, de um desempenho relativamente equilibrado, entre produtos, quanto às taxas de crescimento da produção interna nos anos sessenta, o País passou a uma situação, nos anos setenta, de acentuada deterioração de sua produção de culturas alimentares de mercado interno e de nítida expansão de certas culturas de exportação, processo, sem dúvida, liderado pela soja no Centro-Sul do Brasil" [Homem de Melo (1983b:17)].

Particularmente interessante, contudo, é a contribuição adicional apresentada por Homem de Melo à análise da disponibilidade de produtos alimentares. Indo além de Barros e Graham - que estimaram a disponibilidade doméstica simplesmente subtraindo da produção total doméstica as exportações - Homem de Melo incluiu as importações de alimentos. O quadro resultante é apresentado nas Tabelas 2 e 3 e é menos dramático que o sugerido por Barros e Graham, graças ao papel crescentemente importante desempenhado pelo trigo - um produto importado. Pode-se ver que o trigo forneceu 21% das calorias totais e 25% das proteínas totais em 1979, en-

TABELA 1

TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA,

15 PRODUTOS, 1960/69, 1967/76 E 1970/79

(%)

PRODUTOS	1960/69	1967/76	1970/79
<u>1 - Mercado Interno</u>			
Arroz	3,20	-2,47	-1,46 ^a
Feijão	5,37	-1,93	-1,90
Mandioca	6,05	-1,86	-2,09
Milho	4,74	3,55	1,75 ^a
Batata	4,34	1,34 ^a	3,73
Cebola	3,87	4,77	9,27
<u>2 - Mercado Externo</u>			
Soja	16,31	35,03	22,47
Laranja	6,01	12,73	12,57
Cana-de-Açúcar	3,63	5,10	6,30
Fumo	5,30	-	6,16
Cacau	2,55	-	3,73
Café	7,10	-6,34 ^a	-1,54 ^a
Amendoim	5,89	-6,80	-12,06
Algodão	-1,55 ^a	-1,99 ^a	-4,41
<u>3 - Trigo</u>	6,43	13,94	6,89

FONTE: Homem de Melo (1983b:17).

NOTA: A letra a denota não significativamente diferente de zero ao nível de 5%.

TABELA 2

BRASIL - DISPONIBILIDADE DOMÉSTICA DE ALIMENTOS EM
QUANTIDADES DE CALORIAS POR HABITANTE-DIA - 1967/79

ANOS	MERCADO INTERNO	AÇÚCAR	TRIGO	PRODUTOS ANIMAIS	TOTAL
1967	1 993	401	362	278	3 033
1968	1 895	375	391	285	2 946
1969	1 831	354	403	284	2 872
1970	1 871	433	399	282	2 986
1971	1 867	417	412	274	2 969
1972	1 971	360	312	263	2 906
1973	1 729	401	533	247	2 910
1974	1 662	434	537	268	2 900
1975	1 731	419	389	278	2 816
1976	1 806	574	650	297	3 328
1977	1 761	541	446	327	3 075
1978	1 633	496	653	326	3 109
1979	1 605	421	634	325	2 986

FONTE: Homem de Melo (1983b).

NOTA: "Mercado interno" inclui: arroz, feijão, milho, mandioca e batata. "Produtos animais" inclui: carnes, ovos e leite.

TABELA 3

BRASIL - DISPONIBILIDADE DOMÉSTICA DE ALIMENTOS EM QUANTIDADES
DE PROTEÍNAS POR HABITANTE-DIA - 1967/79

ANOS	MERCADO INTERNO	TRIGO	PRODUTOS ANIMAIS	TOTAL
1967	47,8	11,5	18,1	77,4
1968	44,0	12,4	18,7	75,1
1969	41,6	12,8	18,8	73,2
1970	42,7	12,7	18,6	74,0
1971	44,4	13,1	18,3	75,7
1972	46,7	9,9	17,6	74,2
1973	40,6	17,0	16,1	73,6
1974	39,7	17,1	17,5	74,3
1975	40,8	12,4	17,9	71,1
1976	41,2	20,7	19,3	81,2
1977	41,7	14,2	21,0	76,9
1978	38,1	20,8	21,1	80,0
1979	37,6	20,8	21,1	79,4

FONTE: Homem de Melo (1983b).

NOTA: Veja o rodapé da Tabela 2.

quanto em 1967 essas percentagens eram apenas 12% e 14%, respectivamente. Esse aumento no consumo de trigo certamente refletiu a grande queda nos preços domésticos de trigo (de quase 80% entre 1974 e 1980) [Fundação Getúlio Vargas (1984:5)]. Segundo Homem de Melo (1983b:34), esse papel do trigo se deveu "à facilidade de compras no mercado internacional de trigo, em comparação às dificuldades de se obter maior produção interna de diversos alimentos, a partir do final dos anos sessenta".

Tudo isso, evidentemente, indica que, sob certas condições, surge um problema de produção de alimentos na agricultura brasileira. Quais são esses condicionantes e que medidas se devem tomar para prevenir esse problema? Na subseção seguinte veremos as explicações oferecidas na literatura, após o que procuraremos propor uma perspectiva adicional para análise e solução do problema.

1.2 - Explicações do fenômeno na literatura

As análises mais aceitas sobre o crescimento inadequado da produção brasileira de alimentos na década dos setenta concentram sua atenção nas condições econômicas básicas que determinaram a alocação de recursos, dentro da agricultura, entre as culturas de alimentos e de exportação. O problema da produção de alimentos, nestes termos, foi explicado como um resultado de uma inferioridade competitiva dos produtos doméstico-alimentares vis-à-vis os produtos exportáveis.

Segundo a análise clássica de Barros e Graham (1978), o fraco desempenho da produção de alimentos refletiu, basicamente, a sua menor rentabilidade vis-à-vis a produção exportável, que por sua vez decorreu de duas circunstâncias principais. A primeira se relacionou à "agressiva política de promoção de exportações" e às "boas condições de comércio internacional prevalecentes entre 1968 e 1973", estímulo este "perdido em 1974 e 1975, quando os preços de produtos primários se reduzem, mas recuperado em 1976 e 1977, no chamado mini-commodity boom" (pp. 703-704). A segunda foi a própria inadequação da política agrícola, que teria discri-

minado contra os produtos de mercado interno, impedindo que - através de ajustamentos compensatórios em seus preços e de melhorias tecnológicas - eles pudessem competir com os exportáveis pelos recursos produtivos:

"Dadas essas condições, é fácil então perceber por que o setor de produtos domésticos ficou em posição difícil nos últimos anos: os aumentos de preço no mercado internacional e as elevações de produtividade que se seguiram estimulam um crescimento da produção. ... com maiores preços e maior apuro técnico, o setor exportador pode remunerar mais os fatores que utiliza e ampliar efetivamente a produção.

Entretanto, o mesmo não se dá com o setor doméstico, onde a ausência de progresso técnico e os controles de preços impedem que os produtores de alimentos acompanhem o setor exportador. Então, maiores preços de fatores (determinados pela expansão da demanda do setor exportável) só são compatíveis com uma redução na oferta de alimentos" [Barros e Graham (1978:718-719)].

Homem de Melo (1983b) enfatizou também que resultados de pesquisa agrônoma beneficiaram mais os produtos exportáveis do que os produtos domésticos. Além disso, e na mesma linha de Barros e Graham, os produtos domésticos não contaram com uma política agrícola especial, que era necessária em função do maior grau de risco no subsetor doméstico. Esse maior grau de risco se explicaria principalmente pelo fato de os preços dos produtos domésticos se determinarem em mercados fechados às transações internacionais, e por isso flutuarem mais em resposta às flutuações da oferta. Em contraste, os preços dos exportáveis seriam mais estáveis [Homem de Melo (1978, 1979 e 1981)]. Evidência empírica apresentada em Homem de Melo (1979: 833-842) é consistente com essa hipótese de maior instabilidade de preços (e também de rendimentos físicos) no subsetor doméstico. Uma vez que variações nos preços e nos rendimentos físicos, numa economia fechada, tendem a ser de sinais opostos (no agregado pelo menos), não é suficiente medir a instabilidade de preços e de rendimentos, separadamente, e daí inferir conclusões sobre a instabilidade de renda (ou da taxa de retorno). Tendo isso em mente, Homem de Melo (1983a) procedeu a novas análises, tendo encontrado que também a instabilidade de renda é maior no subsetor doméstico.

1.3 - Evidências adicionais de maior risco na produção alimentar

Conforme argumenta Johnson (1976), quanto mais arriscada for uma atividade agrícola e quanto mais avesso ao risco for o agricultor, menor deverá ser a escala dessa atividade e o grau em que o agricultor se especializa nela. Portanto, informações quanto a esses aspectos da produção agrícola podem contribuir, adicionalmente, para verificação empírica dos graus de risco que efetivamente incidem sobre as diferentes atividades agrícolas no Brasil.

Para esse fim, e com base em informações do Censo Agropecuário de 1975,¹ foi possível proceder à análise da distribuição do valor da produção de cada atividade por estabelecimentos agrupados segundo o valor da produção da atividade; os grupos de tamanho foram: menos de 1 salário mínimo anual, 1 a 2, 2 a 9, 9 a 18, 18 a 37, 37 a 100 e mais de 100 salários mínimos anuais. Essa análise é sumariada na Tabela 4, a partir da qual se pode concluir, antes de mais nada, que feijão e mandioca são claramente produzidos na base de pequenos cultivos: 76,6% do valor da produção de feijão e 68,3% do de mandioca derivam de plantios que produzem menos de 2 salários mínimos anuais. Em segundo lugar, vêm milho e algodão arbóreo, para cujo valor total da produção os dois grupos inferiores de tamanho contribuem com cerca de 55%. Seguem-se, então: arroz, com 31,5%, mas com uma percentagem ligeiramente maior (33,8%) originada nos dois grupos superiores de tamanho; fumo, com 29,4%, mas sendo predominantemente (63,4%) uma cultura de tamanho médio; laranja, com 28,7%, mas com uma percentagem ainda maior (34,1%) produzida nos dois maiores grupos de tamanho; algodão herbáceo, distribuído uniformemente por todos os grupos de tamanho; trigo e soja, cujas distribuições de valor da produção, muito similares, são concentradas nos tamanhos médios e grandes; cacau e café, com uma concentração ainda maior nos tamanhos superiores; e, finalmente, cana-de-açúcar - certamente uma grande lavoura.

¹Essas informações, e bem assim as utilizadas para preparar a Tabela 7, foram gentilmente cedidas pelo Prof. Sérgio Silva, da UNICAMP.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DE LAVOURAS ESPECÍFICAS POR GRUPOS DE VALOR DA PRODUÇÃO DESSAS LAVOURAS - 1975

(%)

PRODUTOS E REGIÕES	% SOBRE O TOTAL DO BRASIL	GRUPOS DE TAMANHO, EM SALÁRIOS MÍNIMOS ANUAIS						
		< 1	1 — 2	2 — 9	9 — 18	18 — 37	37 — 100	> 100
1 - Algodão arbóreo	100,0	39,2	16,4	27,1	7,6	5,2	3,0	1,5
2 - Algodão herbáceo	100,0	10,5	6,8	26,3	13,6	11,6	13,3	17,9
São Paulo	44,6	1,7	4,0	22,8	16,5	16,0	19,2	19,8
Paraná	25,5	4,6	8,3	42,3	16,8	10,4	8,8	8,8
Goiás e Mato Grosso	9,2	4,1	5,4	12,1	4,9	7,7	12,7	53,2
Minas Gerais	5,7	10,4	7,3	21,2	10,1	12,5	16,3	22,2
Outros	15,0	50,3	13,3	20,2	6,3	2,4	2,9	4,6
3 - Arroz	100,0	20,6	10,9	20,2	7,1	7,4	11,0	22,8
Rio Grande do Sul	26,8	3,4	0,9	4,7	4,2	6,8	17,4	62,5
Goiás e Mato Grosso	26,6	9,6	11,1	24,8	9,8	11,6	15,7	17,3
Paraná	8,8	37,7	17,6	22,5	5,1	5,3	5,7	6,1
Minas Gerais	8,7	25,0	13,8	31,9	12,1	8,5	6,1	2,6
Maranhão	9,0	60,3	20,5	16,1	1,8	0,8	0,5	0,1
São Paulo	8,3	17,3	14,5	32,8	11,0	9,3	9,3	5,8
Santa Catarina	2,8	25,2	8,3	38,0	16,0	7,0	4,4	1,1
Outros	8,9	45,6	18,1	25,6	4,0	2,7	2,2	1,8
4 - Cacau	100,0	1,7	2,0	12,7	12,4	18,4	28,0	24,9
5 - Café	100,0	2,1	2,5	16,7	14,9	17,0	19,1	27,7
São Paulo e Paraná	82,9	0,7	1,6	15,2	15,4	17,7	19,8	29,6
Minas Gerais e Espírito Santo	15,1	6,4	6,2	23,3	12,5	13,8	17,2	20,7
Outros	2,0	26,8	12,4	29,2	11,5	10,0	5,9	4,1
6 - Cana-de-açúcar	100,0	3,2	1,7	5,9	4,0	5,7	12,9	66,6
São Paulo	39,4	0,2	0,2	3,0	3,6	5,4	9,1	78,5
Pernambuco e Alagoas	35,4	0,5	0,7	4,4	3,2	5,3	17,2	68,6
Rio de Janeiro	7,5	2,5	3,2	12,9	7,2	7,1	14,3	52,8
Minas Gerais	4,7	16,4	5,7	10,7	4,7	6,2	10,1	46,2
Outros	13,0	14,9	6,5	13,1	5,4	6,7	12,9	40,6
7 - Feijão em grão	100,0	61,0	15,6	16,8	3,1	1,8	1,1	0,6
Paraná	17,4	57,6	21,9	17,6	1,5	0,7	0,5	0,1
Minas Gerais	15,5	48,1	14,9	21,9	6,1	4,4	2,8	1,8
Bahia	10,5	74,3	12,8	10,7	1,4	0,5	0,4	0
São Paulo	8,1	24,3	16,1	36,1	11,5	6,3	3,8	1,9
Pernambuco	6,7	74,6	12,9	10,4	1,3	0,5	0,4	0
Goiás	5,8	40,4	21,5	27,4	4,9	3,1	1,1	1,6
Outros	36,0	73,5	13,2	11,0	1,2	0,6	0,4	0,2

INPES, 71/85

(continua)

PRODUTOS E REGIÕES	% SOBRE O TOTAL DO BRASIL	GRUPOS DE TAMANHO, EM SALÁRIOS MÍNIMOS ANUAIS						
		< 1	1 — 2	2 — 9	9 — 18	18 — 37	37 — 100	> 100
8 - Fumo em folha	<u>100,0</u>	<u>13,0</u>	<u>16,4</u>	<u>63,6</u>	<u>4,9</u>	<u>1,3</u>	<u>0,7</u>	<u>0,1</u>
Rio Grande do Sul	39,0	5,6	16,9	72,2	3,9	1,2	0,2	0
Santa Catarina	36,2	6,2	13,5	73,8	5,8	0,6	0,1	0
Outros	24,8	34,5	19,5	35,2	5,2	2,7	2,4	0,6
9 - Laranja	<u>100,0</u>	<u>22,2</u>	<u>6,5</u>	<u>17,4</u>	<u>9,9</u>	<u>9,9</u>	<u>12,5</u>	<u>21,6</u>
São Paulo	55,2	2,8	2,4	14,8	12,1	12,6	18,3	37,0
Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	15,4	71,6	12,5	13,0	1,9	0,9	0,1	0
Rio de Janeiro	10,7	9,4	8,0	30,1	16,0	16,9	13,7	5,9
Minas Gerais	6,0	47,6	13,3	20,8	6,1	4,5	3,8	4,0
Outros	12,7	45,6	12,5	21,4	7,1	5,8	5,2	2,4
10 - Mandioca	<u>100,0</u>	<u>47,7</u>	<u>20,6</u>	<u>24,1</u>	<u>3,8</u>	<u>2,3</u>	<u>1,0</u>	<u>0,5</u>
Rio Grande do Sul	18,1	37,2	25,0	32,5	3,6	1,3	0,3	0
Bahia	15,2	46,3	22,5	26,6	3,1	1,0	0,2	0,2
Pernambuco	7,4	55,3	22,5	19,5	1,7	0,4	0,3	0,2
Santa Catarina	6,9	45,8	25,2	27,0	1,6	0,4	0,1	0
Maranhão	5,8	86,4	8,9	4,3	0,2	0,1	0	0
Outros	46,6	46,5	18,7	22,7	5,3	4,0	1,9	0,9
11 - Milho	<u>100,0</u>	<u>36,0</u>	<u>19,0</u>	<u>27,7</u>	<u>6,3</u>	<u>4,9</u>	<u>4,1</u>	<u>2,1</u>
Paraná	20,6	31,0	24,2	32,7	5,9	3,3	2,2	0,6
Rio Grande do Sul	15,6	42,5	30,2	25,4	1,3	0,3	0,2	0,1
São Paulo	15,5	14,0	11,2	28,6	14,5	13,9	12,0	5,8
Minas Gerais	14,6	36,2	17,3	27,6	8,0	5,4	3,7	1,6
Santa Catarina	11,5	20,1	24,9	50,0	3,4	1,2	0,3	0,1
Goiás	7,0	19,8	9,8	19,3	11,8	13,7	15,5	10,1
Outros	15,2	77,7	9,5	9,3	1,5	0,8	0,6	0,5
12 - Soja	<u>100,0</u>	<u>5,5</u>	<u>7,0</u>	<u>21,3</u>	<u>12,2</u>	<u>13,7</u>	<u>20,0</u>	<u>20,3</u>
Rio Grande do Sul	50,6	5,9	8,5	24,4	11,6	12,4	17,7	19,4
Paraná	35,5	4,4	5,3	21,1	14,2	15,4	20,5	19,2
São Paulo	7,5	0,1	0,3	6,2	10,4	17,2	34,9	30,7
Outros	6,4	14,8	12,1	15,5	6,8	10,6	18,7	21,4
13 - Trigo	<u>100,0</u>	<u>8,4</u>	<u>5,9</u>	<u>23,8</u>	<u>13,9</u>	<u>16,7</u>	<u>20,9</u>	<u>10,4</u>
Rio Grande do Sul	72,5	8,7	5,4	22,4	13,5	17,0	22,8	10,3
Paraná	23,2	5,9	7,6	29,2	15,7	15,5	15,7	10,4
Outros	4,3	16,2	4,4	18,4	12,4	17,8	17,7	13,1

FONTE: Censo Agropecuário de 1975 (Tabulações Especiais).

Se voltarmos a atenção para o detalhamento regional dos dados, outras conclusões interessantes emergem. Com efeito: 1) as produções de feijão e mandioca são muito dispersas, e apresentam um alto grau de homogeneidade nas suas distribuições de tamanho - com a única exceção de São Paulo, um supridor marginal (somente 8% do valor da produção brasileira); 2) a produção de milho é tam bém altamente dispersa, mas sua estrutura de tamanho é mais heterogênea, sendo notável o contraste entre, de um lado, São Paulo e Goiás - que juntos respondem por quase um quarto do total - e o resto do país; 3) a produção de arroz é muito mais concentrada regionalmente e mostra uma heterogeneidade realmente impressionante: no Rio Grande do Sul, o Estado maior produtor (26,8% do total), a classe superior de tamanho responde por 62,5% do total estadual; 4) a produção de fumo é concentrada nos dois Estados mais ao Sul, onde sua estrutura de tamanho é a mesma; 5) a laranja, que é concentrada em São Paulo (onde é produzida para fins de processamento industrial atrelado à exportação), tende claramente, nesse Estado, a tomar a forma de grandes unidades; 6) a produção de algodão herbáceo, também concentrada em São Paulo e Paraná, no Nordeste é muito similar ao algodão arbóreo; 7) trigo e soja, concentrados no Rio Grande do Sul e no Paraná, apresentam a mesma estrutura; 8) café, também altamente concentrado regionalmente, apresenta uma estrutura análoga; e, finalmente, 9) cana-de-açúcar, cuja estrutura de produção é praticamente a mesma nas principais regiões produtoras.

À luz dessas informações, podemos inferir que as produções de feijão, em primeiro lugar, e de mandioca, em segundo, são nitidamente atividades muito arriscadas, seguidas de perto por milho e algodão (arbóreo e herbáceo) no Nordeste - região sujeita à seca. Desta maneira, um reforço adicional é oferecido à hipótese de Homem de Melo (e também de Barros e Graham) de maior incidência de risco nos produtos doméstico-alimentares básicos. Note-se, contudo, que a produção de arroz no Rio Grande do Sul e, em muito menor grau, também no Centro-Oeste - contribuindo com mais da metade da produção brasileira de arroz - não parece ser uma atividade igualmente arriscada; isso aparentemente contradiz a hipótese acima, uma vez que o arroz é um dos principais produtos alimenta-

res. De qualquer maneira, o próprio Homem de Melo (1983a: 851-852) apresentou evidências de pequena instabilidade de renda no arroz. Rezende (1984a), confirmando uma sugestão de Homem de Melo sobre este ponto específico, apresentou evidências de que essa pequena instabilidade foi o resultado de uma atuação combinada da política de preços mínimos e da política de crédito subsidiado para estocagem privada (EGF). Essa estocagem foi muito mais incentivada em anos de safras longas do que em anos de safras curtas, impedindo portanto que os preços (e daí a renda) variassem tão amplamente quanto seria o caso na ausência de intervenção governamental.

Além disso, os casos do trigo e do café merecem uma atenção especial. Homem de Melo (1983a: 850-851) encontrou que essas duas lavouras apresentaram os índices mais elevados de instabilidade de renda, devido à imensa instabilidade de rendimentos (não compensadas pelas flutuações dos preços). Entretanto, da Tabela 4 não se pode inferir que essas atividades sejam arriscadas. Uma possível explicação desse aparente paradoxo encontra-se, de novo, na intervenção governamental. Basta dizer aqui que o volume de crédito subsidiado para despesas correntes (crédito de custeio) aumentou de 30% para mais de 100% do valor da produção de trigo, entre 1969 e 1978. Assim, através de uma maior destinação de crédito subsidiado a essas atividades, o Governo na verdade contribuiu para reduzir seu grau de risco, conforme a argumentação de Rezende (1984b).

É interessante notar que o maior grau de risco nas culturas alimentares básicas se expressa também numa característica técnica adicional dessas lavouras, qual seja, a de serem produzidas em consorciação com outras culturas (alimentares ou não). A Tabela 5 mostra a grande importância que essa estratégia assume nos casos de feijão, milho, mandioca e, em menor grau, arroz. (Curiosamente, também a soja se caracteriza por uma razoável consorciação com outras lavouras, mas a razão deve certamente ser bem diferente.) Essa consorciação de culturas significa, essencialmente, uma menor alocação de recursos para cada atividade isolada, sendo assim o mesmo fenômeno (de redução da escala) retratado na Tabela 4, ape-

TABELA 5

BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA CULTIVADA TOTAL DE LAVOURAS

SELECIONADAS POR TIPOS DE CULTIVO - 1975

(8)

PRODUTOS	ÁREA CULTIVADA TOTAL	ÁREA EM CULTIVO SIMPLES	ÁREA EM CULTIVO ASSOCIADO	ÁREA EM CULTIVO INTERCALADO E MISTO
Algodão herbáceo	100	71	28	1
Amendoim	100	80	14	6
Arroz	100	76	22	2
Batata inglesa	100	90	9	1
Cana-de-açúcar	100	99	1	-
Feijão	100	20	73	7
Fumo	100	87	13	1
Mandioca	100	60	39	1
Milho	100	39	56	5
Soja	100	77	22	1
Tomate	100	94	5	1
Trigo	100	100	-	-

FONTE: Censo Agropecuário de 1975.

nas visto de outro ângulo. Essa menor alocação de recursos, por cada agricultor, nessas atividades tomadas isoladamente, deve certamente envolver um pequeno uso de insumos industriais (mecânicos e químicos) e de sementes melhoradas. A consequência adversa de tudo isso sobre o nível de produtividade dessas lavouras é óbvia, e somente uma política que contribua para reduzir o grau de risco pode alterar esse quadro.

A conclusão que surge da montagem de todas essas peças é, portanto, de que existe um forte temor de aplicação de recursos na produção desses alimentos básicos. Isso indica que o papel positivo atribuído à política de crédito agrícola em Rezende (1984b), qual seja, o de amortecer as consequências do down-side risk na agricultura, não se estendeu aos alimentos básicos. Provavelmente, essa exclusão dos produtos alimentares básicos dos benefícios da política refletiu uma falta de preocupação explícita - pelo menos até 1979 - com essas atividades. É até mesmo provável que a política de crédito agrícola tenha discriminado contra essas atividades, ou seja, que tenha privilegiado outras culturas - como o trigo, a soja, a cana-de-açúcar, o cacau, o arroz (em certas regiões), o café, a laranja, o fumo, etc. -, todas elas com a característica comum de contribuírem positivamente para a balança de pagamentos.

2 - PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E OFERTA DE ALIMENTOS

Além dessa dimensão técnica, a diferenciação produtiva entre culturas alimentares básicas, de um lado, e produtos exportáveis, de outro, tem também uma dimensão social: os alimentos básicos são produzidos, em grande parte, por pequenos produtores agrícolas. Como veremos, esse fato é de grande importância para a análise do "problema da produção de alimentos".

A evidência empírica acerca desse fato consiste normalmente na apresentação de dados sobre a distribuição da quantidade (ou do valor) total produzido por estabelecimentos agrupados segundo sua área física total - que é tomada como indicador do tamanho do estabelecimento. A Tabela 6 apresenta esse tipo de informações.

TABELA 6

BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DE LAVOURAS SELECIONADAS POR ESTABELECIMENTOS
 AGRUPADOS SEGUNDO A ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS - 1970

(%)

LAVOURAS	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO (Cr\$ milhões)	GRUPOS DE ÁREA					
		< 10	10 a 20	20 a 100	100 a 500	500 a 1.000	> 1.000
Algodão herbáceo	920	20,8	16,6	30,9	21,6	5,3	4,8
Arroz	1 696	18,6	9,3	26,7	27,0	7,1	11,3
Cacau	350	3,8	5,9	42,0	37,5	7,1	3,7
Café	1 134	10,1	10,7	32,5	29,5	9,4	7,8
Cana-de-açúcar	1 510	4,3	4,2	13,8	29,7	20,2	27,8
× Feijão	1 126	32,6	17,6	32,2	13,2	2,3	2,1
✓ Mandioca	1 112	37,4	18,4	32,0	9,4	1,3	1,5
Milho	2 108	20,2	17,8	36,4	16,9	4,3	4,4
Soja	605	13,6	20,0	33,0	21,0	7,1	5,2
Trigo	857	5,2	10,2	32,7	32,6	11,2	8,2

FONTE: Censo Agropecuário de 1970.

Pode-se ver que existe um forte contraste entre lavouras como cacau e cana-de-açúcar, de um lado, e feijão e mandioca, de outro: enquanto mais da metade do valor total da produção dessas últimas provém de estabelecimentos menores de 20 ha, menos de 10% do valor produzido das primeiras vem desses estabelecimentos menores.

A Tabela 6 não revela, entretanto, uma diferenciação similar entre milho, algodão herbáceo, arroz e soja. Sabe-se, contudo, que a área física de um estabelecimento não é um bom indicador de seu tamanho no sentido econômico. Isso pode ser verdade até para uma região específica; por exemplo, usando o critério adicional do tipo de mão-de-obra utilizada na produção - familiar versus as salarizada -, Rezende (1978), analisando a região cacauzeira da Bahia, pôde verificar que existe uma diferenciação significativa entre estabelecimentos com uma mesma área física. Mas a inadequação é certamente maior quando dados para o País como um todo são sumariados como na Tabela 6.

A este respeito, Silva (1983: 176-191) argumentou enfaticamente a favor de um critério alternativo de classificação, baseado no valor da produção dos estabelecimentos. Evidência preliminar foi apresentada de que o agrupamento por área física leva a resultados substancialmente diferentes dos obtidos com a classificação por valor da produção.

Mais recentemente, Silva (1984) apresentou um conjunto substancial de evidência empírica - baseada em tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1975 - que confirma suas proposições anteriores. Sua análise limitou-se à evidência sobre a distribuição, por grupos de tamanho, do valor total da produção agrícola. Para nossos propósitos aqui, contudo, o que é necessário é a distribuição do valor da produção de atividades específicas, o que felizmente foi possível obter, como mostrado na Tabela 7. Essa tabela permite ver que há uma nítida diferenciação entre feijão, mandioca e milho, de um lado, e as demais culturas - inclusive o arroz -, quanto à importância relativa de estabelecimentos pequenos e grandes na produção total. Com efeito, 77% do valor da produção de feijão, cerca de 69% do de mandioca e 58% do de milho pro-

TABELA 7

BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DE LAVOURAS SELECIONADAS POR ESTABELECIMENTOS

AGRUPADOS SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS - 1975

(%)

LAVOURAS	VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO (Cr\$ milhões)	GRUPOS DE VALOR DA PRODUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, EM SALÁRIOS MÍNIMOS ANUAIS				
		Menos de 2	2 a 9	9 a 18	18 a 37	37 e mais
Arroz	11 785	15,5	24,4	9,9	9,3	40,9
Cacau	2 000	2,5	12,0	12,5	18,5	54,6
Cafê	12 908	1,6	13,9	14,9	17,3	52,4
Cana-de-açúcar	7 108	1,9	6,5	4,6	5,8	81,2
Feijão	4 110	36,0	41,0	10,3	5,8	6,9
Mandioca	5 560	31,6	37,6	12,8	6,7	11,4
Milho	10 022	17,8	40,4	16,1	9,5	16,3
Soja	11 417	2,0	20,0	15,5	14,3	48,4
Trigo	2 380	0,9	10,4	12,8	15,9	60,0

FONTE: Tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1975.

vêm dos estabelecimentos cujo valor da produção total não ultrapassa 9 salários mínimos anuais, percentagens que, para as demais culturas, são de 40% (arroz), 22% (soja), 15,5% (café), 14,5% (cau), 11,3% (trigo) e 8,4% (cana).

Com base nessa Tabela 7, pode-se concluir que as culturas alimentares básicas são não apenas produzidas em pequena escala (como mostrado na Tabela 4), mas também, em parcela preponderante, por pequenos agricultores.

A fim de analisar essa peculiar estrutura de produção, parece razoável iniciar com a premissa de que os agricultores "capitalizados" - isto é, o grupo formado pelos agricultores capitalistas e os "pequenos produtores capitalizados"² - devem exigir uma taxa média de retorno (igual à média da distribuição de probabilidades da taxa de retorno, uma variável aleatória) maior na produção desses alimentos básicos do que na produção de exportáveis; essa premissa se segue da hipótese de que a produção de alimentos domésticos é mais arriscada. Esse requisito, por si só, é capaz de abrir um espaço para os pequenos produtores "subcapitalizados" (ou "de baixa renda", ou "pobres"), sendo suficiente que esses produtores se contentem com uma taxa média de retorno menor do que aquela (ditada pela rentabilidade na produção exportável ou, mais geralmente, no conjunto da economia) requerida pelos produtores capitalizados.

Resta, então, uma questão: por que deveriam esses pequenos agricultores contentar-se com uma taxa média de retorno menor do que o mínimo exigido pelos produtores capitalizados? A resposta está simplesmente no fato de que, devido a sua falta de capital - isto é, devido a sua situação "subcapitalizada" -, esses pequenos agricultores não têm a opção de entrar no setor exportável e assim obter a taxa de retorno maior. Afinal de contas, sendo "subcapitalizados", seria uma contradição supor que sua atividade fosse regulada pela taxa de retorno sobre o capital - cuja obtenção pressupõe, primeiro de tudo, a posse de capital.

²Sobre essa classificação de agricultores, ver Sorj (1980: 118-148).

Tudo se torna mais claro quando se percebe que essa pequena produção de alimentos está, mais do que nada, intimamente conectada com o mercado de trabalho. É no contexto dessa relação específica que se torna possível explicar seu nível de atividade, seu crop mix, sua renda per capita, etc. Em especial, é nesse contexto que se torna possível explicar a possibilidade lógica de uma "baixa" taxa de retorno, segundo os padrões prevalecentes na economia, inclusive na agricultura: é que "o custo de oportunidade" dessa forma de produção está dado, fundamentalmente, no mercado de trabalho, não no mercado de capital, da economia.

Por outro lado, várias características peculiares a essa forma de produção acabam tornando-a mais capaz de resistir ao risco associado à produção de alimentos. Podem-se citar: 1) uma maior flexibilidade quanto ao grau de autoconsumo, advinda do fato mesmo de ela produzir alimentos, de forma diversificada: o autoconsumo de alimentos aumenta ou diminui, e nesse processo a composição do consumo total se altera, em função dos preços relativos dos alimentos; 2) uma menor dependência do capital de terceiros, inclusive de Bancos; para conseguir isso, o "capital" é obtido através do trabalho assalariado sazonal, que assim se torna de fundamental importância para a reprodução da própria pequena produção. O trabalho assalariado sazonal é também uma forma de diversificação da atividade de trabalho, o que contribui adicionalmente para reduzir o risco; e (3) essa menor dependência financeira, por sua vez, permite que uma diminuição temporária na renda agrícola (devido, por exemplo, a frustrações de safra) signifique tão-somente uma diminuição temporária do nível de consumo da família.

Existe, portanto, um mecanismo complexo de predomínio da pequena produção no setor de alimentos básicos. Esse mecanismo, que exprime as maiores possibilidades relativas da pequena produção nesse setor específico - dados a tecnologia disponível e o grau de risco desse setor -, materializa-se através da formação de uma taxa média de retorno que, quando se tem em conta o grau associado de risco, não é compatível com as exigências dos produtores capitalizados.

A existência de um tal mecanismo já foi sugerida antes em Rezende (1978 e 1979), mas a análise ignorou a dimensão do risco associado à taxa média de retorno. Essa abstração do risco - que foi, contudo, enfatizado por Homem de Melo (1982) - é grave, pois leva a conclusões falsas quanto ao que é necessário para estender o processo de modernização agrícola a essas culturas alimentares. Cite-se, a propósito, um trabalho de Furtado (1981:26) em que se afirma que a "desorganização do mercado" pressiona "no sentido da redução dos preços dos gêneros de primeira necessidade", e que esses "baixos preços ... constituem um obstáculo à modernização do cultivo dos mesmos produtos nas explorações aptas à acumulação". Essa modernização exigiria "organizar o mercado desses produtos, portanto, elevar seus preços relativos e, conseqüentemente, aumentar o preço da mão-de-obra" (p. 27). Na medida, contudo, em que o problema maior situe-se na incerteza quanto ao nível do preço - ou melhor, quanto ao nível da taxa de retorno -, essa organização (e, portanto, a modernização) não tem por que exigir uma elevação desse nível. Ao contrário, essa modernização, ao dotar esses cultivos de um grau maior de especialização produtiva e de uma base técnica superior, deverá levar, aí sim, a "preços baixos". A desconsideração da dimensão do risco associado à taxa de retorno leva, assim, a um diagnóstico incorreto do problema da oferta de alimentos. Aliás, a experiência da década dos 70 esteve muito longe de sugerir a idéia de "preços baixos" de alimentos no Brasil.

3 - CRESCIMENTO ECONÔMICO, ESTRUTURA AGRÁRIA E OFERTA DE ALIMENTOS

3.1 - Pequena produção e desenvolvimento agrícola

Segundo a análise anterior, conclui-se que a baixa rentabilidade da produção de alimentos não é fruto somente, ou principalmente, da ação do governo, através de tabelamentos, etc. Essa baixa rentabilidade - julgada da ótica dos produtores capitalizados

- expressa a maior competitividade da pequena produção nessas atividades.³

Pelas razões a serem apresentadas na próxima seção, é possível conjecturar que a década dos setenta tenha presenciado um aumento da importância relativa da pequena produção no setor doméstico-alimentar, decorrente do abandono desse setor por parte de agricultores crescentemente capitalizados. Nessa hipótese, a oferta de alimentos básicos, nesse período, ter-se-ia tornado ainda mais dependente das possibilidades efetivas da pequena produção "de baixa renda" na agricultura. Entretanto, como veremos em seguida, a década dos setenta caracterizou-se, de um lado, por uma deterioração das possibilidades econômicas dos pequenos produtores na agricultura, e, de outro lado, por uma melhoria das alternativas de emprego dessa mão-de-obra nos mercados de trabalho urbanos e rurais. Nessas condições, não parece difícil compreender o surgimento, nesse período, de um problema de produção de alimentos.

É um fato bem conhecido que os pequenos agricultores de baixa renda - caracterizados por uma inadequada dotação de recursos materiais e humanos - não têm tido acesso ao crédito rural subsidiado. [Sobre este ponto, ver Dias (1979) e Homem de Melo (1982).] Em primeiro lugar, o sistema bancário, visando a compensar a restrição imposta à taxa de juro cobrada, tende a selecionar seus clientes pelo seu nível de risco, garantias oferecidas e situação de liquidez; além disso, os lucros bancários aumentam quando, para um mesmo volume total emprestado, reduz-se o número de contratos, já que a receita total é a mesma e os custos são menores. Em segundo lugar, os próprios pequenos proprietários - que em princípio poderiam ter acesso ao sistema oficial de crédito - restrin-

³Recorde-se que Barros e Graham (1978) atribuíram à ação do governo (especialmente os controles de preços) a menor rentabilidade relativa da produção de alimentos. Na mesma linha, existe uma grande literatura que pretende explicar a produção de alimentos pela pequena produção por uma "fixação dos preços de alimentos [que] tende a contemplar antes as necessidades da acumulação do pólo dinâmico da economia do que a remuneração dos fatores no setor agrícola" [Duarte e Queda (1974:94)].

gem mais sua tomada de empréstimos, por duas razões. A primeira é que o custo efetivo do empréstimo para esses agricultores, por incluir despesas adicionais - entre elas sobressaindo o custo do tempo e de locomoção para o agricultor realizar a operação -, é bem maior do que a taxa de juro cobrada. A segunda razão, provavelmente mais importante, é a maior aversão ao risco por parte desses pequenos agricultores, cujo temor do endividamento e da eventual perda do capital próprio - a terra - leva-os a reduzirem sua demanda de capital de giro (através de maior diversificação produtiva e menor integração mercantil) e a buscarem recursos financeiros por outros meios, como seja o da venda sazonal da sua força de trabalho.

Tendo permanecido assim à margem do sistema oficial de crédito rural, esses pequenos agricultores ficaram também à margem do processo de modernização da agricultura, ou seja, não foram capazes de participar dos ganhos de renda e de produtividade na agricultura. Como veremos a seguir, o resultado foi uma tendência à concentração de renda e riqueza dentro da agricultura e, coincidindo com uma ampliação de oportunidades de emprego fora da agricultura, uma dramática intensificação do êxodo rural.

A Tabela 8 mostra que o número de "responsáveis e membros (não remunerados) da família" nos pequenos estabelecimentos cresceu a uma taxa bem menor nos anos setenta do que nos sessenta, em todos os estados (com a exceção insignificante de Goiás). Este declínio substancial nas taxas de crescimento do número de "responsáveis" foi acompanhado, na mesma proporção, por uma redução nas taxas de crescimento do número e da área dos pequenos estabelecimentos. Enquanto na década dos sessenta a área desses pequenos estabelecimentos aumentou mais rapidamente do que a área dos estabelecimentos maiores, o contrário ocorreu na década dos setenta. O resultado é que, na última década, aumentou a concentração fundiária na agricultura, certamente como parte de um processo mais geral de concentração dos meios de produção.

A Tabela 9, restrita ao Centro-Sul, apresenta fatos adicionais de interesse. Os estabelecimentos de arrendatários e de o-

TABELA 8

VARIAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE RESPONSÁVEIS E DO NÚMERO E ÁREA DOS
ESTABELECIMENTOS POR GRUPOS DE ÁREA - 1960/70 E 1970/80

ESTADOS E GRUPOS DE ÁREA	1960/1970			1970/1980		
	Responsáveis e Mem bros da Família	Estabelecimentos		Responsáveis e Mem bros da Família	Estabelecimentos	
		Nº	Área		Nº	Área
<u>Minas Gerais</u>						
< 10	25,9	23,2	15,6	16,3	10,9	9,3
10 a 20	24,1	23,6	19,6	10,0	5,4	4,1
20 a 50	20,7	22,5	20,8	3,0	1,7	0,9
50 a 100	17,3	23,7	22,4	- 2,0	0,8	0,1
100 a 200	15,1	21,8	20,3	- 3,5	4,3	3,8
200 a 500	8,0	16,3	15,3	- 2,0	7,5	6,8
> 500	- 8,6	5,5	- 1,1	2,2	10,3	19,2
<u>Total</u>	<u>19,6</u>	<u>22,2</u>	<u>9,6</u>	<u>5,9</u>	<u>5,4</u>	<u>10,4</u>
<u>Espírito Santo</u>						
< 10	106,9	102,1	85,6	- 4,0	-13,9	-16,1
10 a 20	37,9	36,7	39,9	- 8,8	-17,4	-16,8
20 a 50	9,8	12,8	14,6	-13,5	-20,2	-19,4
50 a 100	8,3	10,2	14,0	-15,1	-18,6	-17,9
100 a 200	12,7	23,4	28,2	- 7,8	- 6,7	- 5,3
200 a 500	20,5	41,5	46,9	8,3	8,5	10,5
> 500	15,0	72,1	62,3	24,2	26,6	54,5
<u>Total</u>	<u>23,6</u>	<u>29,0</u>	<u>30,1</u>	<u>-10,1</u>	<u>-15,0</u>	<u>1,0</u>
<u>Rio de Janeiro</u>						
< 10	57,8	52,7	29,4	37,5	7,3	- 8,2
10 a 20	24,3	20,3	17,4	- 3,9	-15,0	-14,4
20 a 50	6,9	13,2	12,8	1,8	- 7,3	- 7,8
50 a 100	5,0	18,1	17,5	7,6	- 2,0	- 2,1
100 a 200	3,3	24,3	23,5	10,1	1,1	1,4
200 a 500	- 8,7	10,2	8,9	7,2	- 0,5	- 1,5
> 500	- 6,5	- 4,8	- 2,0	- 5,1	1,6	- 5,2
<u>Total</u>	<u>30,8</u>	<u>33,6</u>	<u>9,7</u>	<u>19,9</u>	<u>0,3</u>	<u>- 4,1</u>

(continua)

(continuação)

ESTADOS E GRUPOS DE ÁREA	1960/1970			1970/1980		
	Responsá- veis e Mem- bros da Família	Estabelecimentos		Responsá- veis e Mem- bros da Família	Estabelecimentos	
		Nº	Área		Nº	Área
<u>São Paulo</u>						
< 10	- 4,4	-10,0	-11,5	-30,4	-26,5	-28,6
10 a 20	21,8	18,2	17,3	-27,5	-18,9	-18,0
20 a 50	8,1	11,6	10,8	-19,5	-10,8	-10,1
50 a 100	9,2	15,0	13,8	-13,4	- 3,0	- 2,7
100 a 200	0,5	13,1	12,8	- 9,4	1,1	1,3
200 a 500	- 9,0	10,3	9,2	- 7,8	4,7	4,4
> 500	-33,5	4,8	0,1	- 7,5	4,6	2,1
<u>Total</u>	<u>4,0</u>	<u>4,8</u>	<u>5,7</u>	<u>-24,1</u>	<u>-17,9</u>	<u>- 1,2</u>
<u>Paraná</u>						
< 10	245,7	215,9	200,6	-27,0	-27,2	-29,6
10 a 20	127,8	100,3	97,6	-21,2	-17,6	-16,1
20 a 50	35,9	23,4	19,9	-10,9	- 7,0	- 5,1
50 a 100	7,2	4,0	1,5	9,0	12,6	12,7
100 a 200	- 8,7	4,8	5,2	19,9	25,9	26,3
200 a 500	-16,8	16,1	15,9	52,8	33,3	33,8
> 500	-30,5	23,7	15,8	41,5	44,3	39,1
<u>Total</u>	<u>112,8</u>	<u>106,1</u>	<u>28,5</u>	<u>-19,0</u>	<u>-18,1</u>	<u>12,0</u>
<u>Santa Catarina</u>						
< 10	41,6	36,2	44,3	12,5	14,6	10,9
10 a 20	49,9	40,1	41,5	8,2	4,8	4,6
20 a 50	32,4	26,9	27,7	- 2,5	- 5,9	- 6,2
50 a 100	10,1	10,4	11,1	- 2,4	- 3,4	- 3,4
100 a 200	- 4,2	7,9	10,7	0,2	0,1	0,8
200 a 500	2,7	24,1	27,6	- 3,2	8,9	9,3
> 500	-16,3	15,1	0,3	11,5	21,7	27,6
<u>Total</u>	<u>34,8</u>	<u>31,0</u>	<u>18,1</u>	<u>4,6</u>	<u>4,2</u>	<u>6,4</u>

(continua)

(continuação)

ESTADOS E GRUPOS DE ÁREA	1960/1970			1970/1980		
	Responsáveis e Mem bros da Família	Estabelecimentos		Responsáveis e Mem bros da Família	Estabelecimentos	
		Nº	Área		Nº	Área
Rio Grande do Sul						
< 10	57,7	77,3	62,0	12,4	- 9,2	- 7,4
10 a 20	19,4	30,5	30,7	13,2	- 8,3	- 7,4
20 a 50	- 1,6	11,6	11,5	11,8	- 8,7	- 7,4
50 a 100	-15,6	6,3	7,3	24,5	0,7	3,5
100 a 200	- 9,8	21,0	22,5	33,6	5,8	1,0
200 a 500	- 6,8	25,2	25,2	29,8	5,9	5,6
> 500	-21,9	10,6	- 2,0	34,7	8,0	3,8
<u>Total</u>	<u>15,6</u>	<u>34,6</u>	<u>9,9</u>	<u>14,2</u>	<u>- 7,2</u>	<u>1,0</u>
Mato Grosso						
< 10	283,3	568,3	554,4	2,0	65,7	84,5
10 a 20	184,8	262,2	279,6	9,3	133,5	140,6
20 a 50	69,1	182,3	202,7	7,5	157,9	163,1
50 a 100	90,1	170,9	193,0	86,0	231,4	239,6
100 a 200	125,7	172,2	175,2	96,5	264,0	276,5
200 a 500	74,9	64,0	65,3	68,3	329,7	350,1
> 500	29,4	52,4	121,1	50,2	348,6	278,4
<u>Total</u>	<u>133,3</u>	<u>253,0</u>	<u>121,3</u>	<u>22,6</u>	<u>144,4</u>	<u>278,0</u>
Goiás						
< 10	- 7,3	1,5	4,2	43,4	6,8	0,8
10 a 20	24,5	37,0	28,4	10,9	-11,0	-10,1
20 a 50	- 1,7	12,6	14,2	13,3	- 9,2	- 7,7
50 a 100	39,3	57,9	52,7	30,6	4,2	5,8
100 a 200	39,5	63,6	62,0	42,5	16,2	16,6
200 a 500	21,3	39,5	35,9	30,5	13,0	12,7
> 500	- 2,2	23,3	15,5	44,8	30,3	47,9
<u>Total</u>	<u>14,5</u>	<u>30,7</u>	<u>23,9</u>	<u>29,6</u>	<u>5,9</u>	<u>33,7</u>

(continua)

Continuação)

ESTADOS E GRUPOS DE ÁREA	1960/1970			1970/1980		
	Responsáveis e Mem bros da Família	Estabelecimentos		Responsáveis e Mem bros da Família	Estabelecimentos	
		Nº	Área		Nº	Área
<u>Pernambuco</u>						
< 10	19,0	29,1	18,6	- 7,8	- 4,0	1,4
10 a 20	16,4	24,5	21,2	11,6	14,2	12,4
20 a 50	14,2	21,5	20,5	12,6	16,3	14,4
50 a 100	16,6	29,8	27,9	4,4	6,6	5,6
100 a 200	2,6	22,3	20,4	1,0	5,9	3,6
200 a 500	- 4,5	9,0	8,1	2,2	4,7	3,9
> 500	-30,1	3,7	-10,3	- 4,1	- 1,0	- 0,9
<u>Total</u>	<u>17,2</u>	<u>27,6</u>	<u>7,9</u>	<u>- 3,4</u>	<u>- 0,3</u>	<u>4,1</u>
<u>Alagoas</u>						
> 10	93,4	82,1	53,2	20,0	15,9	7,1
10 a 20	48,6	44,8	47,2	- 1,6	- 5,8	- 6,1
20 a 50	44,8	44,7	45,1	5,4	2,1	3,0
50 a 100	20,5	26,5	26,0	6,1	4,6	4,4
100 a 200	6,3	16,5	15,1	8,9	11,2	11,7
200 a 500	- 8,3	5,8	8,8	21,8	18,6	20,3
> 500	-28,7	15,3	1,7	32,4	8,5	4,0
<u>Total</u>	<u>73,3</u>	<u>53,2</u>	<u>17,4</u>	<u>15,4</u>	<u>12,1</u>	<u>7,1</u>

Fonte: Censo Agropecuário.

TABELA 9

CENTRO-SUL - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO E ÁREA DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO

A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 1960/70, 1970/75 e 1975/80

PERÍODOS E ESTADOS	DE PROPRIETÁRIOS		DE ARRENDATÁRIOS		DE PARCEIROS		DE OCUPANTES	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
<u>1960/70</u>								
Minas Gerais	14,3	6,1	58,6	18,1			188,7	144,2
Espírito Santo	26,9	30,8	14,6	- 15,7			117,2	63,2
Rio de Janeiro	26,2	7,4	25,5	- 5,3			118,8	137,9
São Paulo	9,5	5,1	- 15,7	- 3,2			115,3	141,3
Paraná	74,7	27,6	226,0	115,8			48,2	- 29,3
Santa Catarina	23,7	13,9	58,5	57,5			134,9	163,7
Rio Grande do Sul	28,8	8,0	90,6	16,9			12,6	34,1
Mato Grosso	88,9	45,9	225,6	9,2			104,2	214,6
Goiás	32,0	20,0	- 13,0	31,0			48,0	74,0
<u>1970/75</u>								
Minas Gerais	7,1	11,4	- 32,3	- 32,5	- 17,3	- 53,9	- 28,7	- 51,2
Espírito Santo	- 11,9	4,1	- 42,6	- 16,5	- 62,2	- 64,4	- 35,4	- 36,3
Rio de Janeiro	- 2,7	3,8	- 13,5	7,2	7,8	- 11,9	3,7	11,2
São Paulo	- 4,2	2,6	- 39,8	- 11,3	- 37,0	- 31,5	- 7,9	- 10,8
Paraná	- 2,3	13,5	- 20,2	- 10,4	- 35,0	- 35,7	- 13,1	- 24,5
Santa Catarina	- 1,1	- 1,0	- 7,8	- 26,8	- 4,4	- 4,1	17,6	- 8,0
Rio Grande do Sul	- 2,2	3,9	- 38,5	- 25,3	- 17,9	- 7,5	- 19,2	- 28,7
Mato Grosso	6,5	14,4	- 5,3	- 19,3	- 4,2	- 13,9	27,1	- 38,6
Goiás	1,8	19,6	25,9	- 1,5	242,5	61,2	5,5	29,5
<u>1975/80</u>								
Minas Gerais	1,9	3,0	31,1	29,8	- 3,9	28,6	16,9	9,8
Espírito Santo	- 5,7	- 2,4	87,0	47,8	137,3	158,2	44,5	28,0
Rio de Janeiro	6,7	- 6,8	11,5	- 0,05	- 4,4	- 1,9	- 20,3	- 35,0
São Paulo	- 6,1	- 4,0	- 0,9	22,9	24,6	42,8	- 3,6	- 3,3
Paraná	0,02	5,7	- 10,6	21,2	- 21,1	- 5,8	- 3,9	- 20,3
Santa Catarina	1,2	6,7	28,1	69,5	29,2	26,5	9,8	11,3
Rio Grande do Sul	- 0,2	0,1	27,4	16,0	1,2	11,5	- 7,8	2,1
Mato Grosso	22,4	27,4	- 29,7	23,1	- 12,2	205,8	- 28,3	73,3
Goiás	8,5	16,9	- 1,2	41,6	- 20,4	5,9	- 29,8	- 32,9

Fonte: Censo Agropecuário.

INPES, 71/85

cupantes expandiram-se, na década dos sessenta, a taxas muito maiores do que as dos estabelecimentos de proprietários; note-se que as exceções que aparecem nessa Tabela (Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso) desaparecem, quando a comparação se restringe aos estabelecimentos menores, conforme dados que, por razões de espaço, não são apresentados aqui. No quinquênio 1970/75, contudo, esses estabelecimentos de arrendatários e de ocupantes - e também, agora, os de parceiros - reduziram-se de maneira muito mais pronunciada do que os estabelecimentos de proprietários.⁴ No quinquênio seguinte (1975/80), entretanto, inverteu-se esse comportamento: os estabelecimentos de arrendatários e de parceiros voltaram a crescer (agora mais em área do que em número), ao mesmo tempo em que os estabelecimentos de proprietários, com a exceção da fronteira (Mato Grosso e Goiás), continuaram a apresentar uma expansão praticamente nula. Esse comportamento peculiar do arrendamento e da parceria na década dos setenta será retomado posteriormente.

Finalmente, a Tabela 10 confirma que esses mesmos processos ocorreram no Nordeste. A evolução de arrendamento e parceria na década dos setenta, contudo, não apresenta a mesma nitidez revelada no Centro-Sul.

Passando agora à análise dessas transformações, cabe notar, antes de tudo, que esses movimentos alternados de expansão e de recuo da pequena produção agrícola são consistentes com o aumento que certamente ocorreu, entre os sessenta e os setenta, no custo de oportunidade da permanência desses pequenos produtores na agricultura, refletindo as melhores condições de absorção de mão-de-obra na economia após 1968.

Essa relação com a situação mais ampla da economia é condi-

⁴De acordo com o Censo, um produtor foi classificado como "ocupante" se tivesse utilizado terra pública ou privada (com ou sem consentimento do proprietário) sem qualquer pagamento. Em 1960, arrendatários e parceiros formaram uma só categoria; por isso, eles foram agregados em 1970 para o cálculo da variação na década dos sessenta. Estabelecimentos "de administradores" foram somados aos de proprietários, em 1960.

TABELA 10

NORDESTE - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO E ÁREA DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO

A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 1960/70, 1970/75 E 1975/80

PERÍODOS E ESTADOS	DE PROPRIETÁRIOS		DE ARRENDATÁRIOS		DE PARCEIROS		DE OCUPANTES	
	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA	Nº	ÁREA
<u>1960/70</u>								
Maranhão	40,4	31,1	78,3	-16,0			30,8	65,8
Piauí	38,6	4,0	217,2	-29,8			949,6	265,3
Ceará	47,6	0,2	300,1	69,2			1 207,7	613,5
Rio Grande do Norte	49,0	16,2	182,9	21,7			2 174,2	633,2
Paraíba	29,1	11,8	18,8	-33,0			1 860,8	806,8
Pernambuco	7,0	2,1	6,2	17,2			1 091,6	684,5
Alagoas	58,4	13,3	36,3	57,3			991,4	217,2
Sergipe	15,5	15,8	448,3	40,0			869,7	719,6
Bahia	32,7	22,9	25,7	52,6			215,4	170,5
<u>1970/75</u>								
Maranhão	55,0	18,3	26,3	-13,9	-36,0	10,0	25,5	- 2,8
Piauí	7,5	12,8	9,3	-29,2	-14,5	-20,1	- 7,8	-30,6
Ceará	0,3	- 6,9	10,0	-15,2	- 5,4	-47,5	14,1	-12,7
Rio Grande do Norte	-1,1	- 2,2	-28,0	-13,8	125,8	-25,9	18,5	-17,7
Paraíba	6,5	5,6	1,9	-31,2	65,1	28,1	84,9	-12,6
Pernambuco	3,9	0,4	-34,5	-17,9	-26,9	-37,0	0,7	- 6,1
Alagoas	-0,4	1,6	1,5	4,6	115,3	109,4	75,4	1,4
Sergipe	7,2	4,8	-29,6	6,3	78,1	-56,4	34,0	-32,3
Bahia	4,6	15,6	-32,6	-40,0	-59,0	-63,4	- 5,9	-14,6
<u>1975/80</u>								
Maranhão	12,7	25,5	14,1	43,7	114,2	75,4	-19,4	-20,1
Piauí	3,8	3,3	-11,3	-28,9	42,4	51,1	42,9	109,6
Ceará	9,2	11,3	11,5	6,7	-32,7	- 6,8	-34,1	-41,2
Rio Grande do Norte	5,4	2,5	0,5	- 3,5	38,5	41,4	-15,0	4,6
Paraíba	-9,1	2,9	-24,9	17,2	-28,5	-14,7	-26,6	14,8
Pernambuco	3,0	5,8	- 3,0	- 6,8	100,7	62,2	1,7	8,8
Alagoas	9,0	3,7	-37,0	13,9	-19,6	-22,5	17,0	29,3
Sergipe	1,5	5,3	-37,7	-10,1	100,7	71,8	-25,8	- 9,4
Bahia	17,2	19,8	- 7,2	- 5,6	59,3	30,4	10,7	- 9,4

Fonte: Censo Agropecuário.

INPES, 71/85

cionada, contudo, por circunstâncias particulares dentro da agricultura. Em especial, a grande expansão verificada na pequena produção na década dos sessenta pode ser relacionada a mudanças então ocorridas no mercado de trabalho agrícola. Conforme mostrado em Rezende (1984c), as transformações que acompanharam a extensão da legislação trabalhista ao campo, em 1963, incluíram uma alta abrupta no salário rural no período 1963-67, de cerca de 30% a mais do que o salário urbano [Bacha (1979)]. Provavelmente, essa alta foi um reflexo do maior custo de vida nas cidades - a nova residência de uma parcela grande e crescente da força de trabalho assalariada agrícola. Essa nova residência decorreu do processo de substituição, por trabalhadores "temporários", da antiga força de trabalho residente nas fazendas, tornada mais dispendiosa com as novas conquistas trabalhistas. Se essa hipótese estiver correta, então segue-se que os trabalhadores que permaneceram residindo no meio rural - ou seja, os pequenos agricultores que também trabalham por salário - certamente se beneficiaram da alta do salário. Mas isso significa que a própria pequena produção também tornou-se mais atraente, uma vez que a renda agrícola (normalmente baixa) desses pequenos agricultores poderia agora ser complementada, em grau maior, com renda do trabalho assalariado.

Essa maior atratividade da pequena produção, na década dos sessenta, decorrente da expansão do trabalho assalariado "temporário" na agricultura, pode ter-se originado, também, do fato de que o assalariamento sazonal é uma forma de diversificação da atividade de trabalho dos pequenos agricultores, contribuindo assim para redução do risco. Além disso, com esse assalariamento, obtêm-se recursos financeiros (necessários à atividade agrícola desses pequenos produtores) que de outra forma teriam que ser obtidos através do endividamento - uma alternativa que, sendo praticamente impossível para pequenos produtores não-proprietários, tende a ser evitada por pequenos proprietários, receosos da eventual perda da terra.

Ao contrário do ocorrido nos sessenta, os anos setenta testemunharam um declínio sem precedentes na importância da pequena produção de baixa renda na agricultura brasileira. Entretanto, co

mo mostrado em Rezende (1984c), nesse período ocorreu uma elevação substancial nos níveis de salário e de emprego assalariado na agricultura. A fim de explicar esse aparente paradoxo, temos que focalizar traços contrastantes entre as duas décadas. /

Em primeiro lugar, as condições nos mercados de trabalho urbano eram muito mais favoráveis nos setenta do que nos sessenta. Em outras palavras, a atratividade da pequena produção, nos sessenta, refletia também as condições gerais de semi-estagnação econômica daquela década. Em contraste, o processo de crescimento econômico posterior deve ter elevado substancialmente o custo de oportunidade dessa forma de produção.

Em segundo lugar, o acesso à terra, na forma de propriedade, arrendamento ou parceria, deve ter-se tornado uma virtual impossibilidade para os pequenos agricultores, nos setenta. Este aspecto é que mais tem atraído a atenção da literatura.⁵ Como mostrado em Rezende (1984b), a modernização agrícola foi acompanhada de uma elevação significativa na renda da terra e, mais significativa ainda, no preço da terra. Como se notou no início desta seção, contudo, os pequenos agricultores, incapazes de se beneficiarem da política de crédito, tampouco foram capazes de participarem dos ganhos de renda agrícola. Este fato está na raiz do grande declínio, apontado pelas Tabelas 8 a 10, no número de pequenos agricultores nos anos setenta.

A fim de entender melhor como isso se deu, é interessante distinguir entre os casos de pequenos proprietários e de pequenos produtores não-proprietários. Quanto a estes últimos, é fácil perceber que, uma vez que sua renda agrícola não aumentou suficientemente, eles não puderam pagar os maiores valores de arrendamento. A única alternativa para permanecerem na agricultura teria sido aceitar uma menor remuneração para seu trabalho. Mas isso era certamente uma possibilidade remota num período de alta de

⁵Ver, por exemplo, a discussão geral apresentada em Martine (1984); para o caso específico da fronteira, ver Mueller (1983), e para o caso do Paraná, Strachan (1981).

salários e de maior absorção de mão-de-obra na economia. A consequência, portanto, não poderia deixar de ser uma saída em massa desses pequenos produtores para fora da agricultura.

No caso dos pequenos proprietários marginalizados no processo de modernização agrícola, contudo, sua saída da agricultura, além de refletir melhores opções no meio urbano, foi altamente estimulada pela elevação nos preços da terra. Através da venda de sua terra - e portanto, convertendo em dinheiro ou "liquidando" substanciais ganhos de capital - esses pequenos proprietários poderiam mais facilmente engrossar as correntes migratórias e buscar uma melhoria na sua renda corrente nos mercados de trabalho urbanos. [(Sobre isso, ver Castro (1982:110-111).] Um curso de ação alternativo para essas famílias foi, contudo, migrar para a fronteira agrícola, onde puderam comprar áreas maiores de terra barata na esperança de, assim fazendo, aumentar sua renda. A migração para a fronteira, aliás, tem sido predominantemente deste tipo, como apontado em Ozorio de Almeida *et alii* (1983). Pequenos agricultores sem possibilidades de adquirir terra não parecem ter sido importantes nos fluxos migratórios dirigidos à fronteira nos setenta, o que é consistente com maior absorção de mão-de-obra no meio urbano nesse período.

É muito provável que os pequenos proprietários tenham sido os principais vendedores no altamente especulativo mercado de terra dos setenta. Os compradores incluíam investidores urbanos e rurais, que esperavam ganhar com a valorização da terra. Alguns autores argumentaram que essa "especulação com terra" provavelmente deveria levar a uma subutilização da terra, uma vez que a atividade agrícola não é "trivial" e, além do mais, o "especulador" estava interessado principalmente na valorização da terra, não na renda obtida com o uso produtivo da terra [ver, por exemplo, Castro (1982:111-112)]. Sayad (1982), contudo, questionou essa conclusão, apontando a opção, aberta ao especulador, de arrendar sua terra e assim apropriar um retorno adicional. A este respeito, é muito interessante recordar nossa observação, quando da discussão da Tabela 9, de que o arrendamento de terras, especialmente de á-

reas maiores, aumentou drasticamente no período 1975/80 - precisamente quando os preços de terra encontravam-se em seus níveis mais altos. Essa evidência claramente apóia as conclusões de Sayad; afinal de contas, além do interesse da parte do "especulador", arrendamento, e não compra de terra, deve ter sido o procedimento mais sensato para um agricultor que não quisesse (ou não pudesse) manter uma volumosa quantia imobilizada em terra.

3.2 - Crescimento econômico e oferta de alimentos

Estamos agora em condições de sugerir uma explicação mais abrangente para o desempenho insatisfatório da oferta de alimentos na década dos setenta. Em síntese, nossa hipótese é a seguinte. A retomada do crescimento econômico em 1968, além de ter trazido um forte aumento na demanda interna de alimentos, causou uma elevação dramática na renda alternativa de pequenos produtores agrícolas - ou seja, no custo de oportunidade da pequena produção agrícola. Dada a elevada participação dessa pequena produção na oferta de alimentos básicos, e na falta de progresso técnico nessas atividades, o resultado foi uma tendência à elevação do custo unitário na produção alimentar (puxado pela elevação do item relativo à mão-de-obra), pressionando os preços. Essa tendência à elevação de preços não foi capaz, entretanto, de estimular a produção de alimentos pelos agricultores capitalizados. As razões para isso são duas. Em primeiro lugar, porque manteve-se altamente instável o retorno nessas atividades e porque se elevava a rentabilidade dos exportáveis. Em segundo lugar, porque o custo de produção de alimentos, também para agricultores capitalizados, sofreu forte elevação. Com efeito, vimos que alimentos básicos - feijão, mandioca, milho e, em menor grau, o arroz - quando são produzidos por esses agricultores, o são em pequena escala, certamente com escasso uso de outros fatores além de mão-de-obra e, naturalmente, terra. Mas isso implica que a parcela relativa ao custo de mão-de-obra no custo unitário total é muito maior nessas lavou ras do que em outras atividades agrícolas. Na medida em que não ocorreu aumento de produtividade na produção de alimentos - não importa se por falta de tecnologia ou por retorno insatisfatório -, a forte elevação dos salários rurais, ocorrida na primeira me-

tade dos setenta [Rezende (1984c)], não poderia senão elevar mais os custos unitários na produção de alimentos.

É interessante fazer um contraste com a análise antes apresentada de Barros e Graham (1978). Esses autores atribuíram a tendência de elevação do custo de produção de alimentos à expansão da produção agrícola de exportáveis, que teria pressionado os preços dos fatores de produção na agricultura. Nesse tipo de análise, ignora-se o papel da competição de recursos (a mão-de-obra em particular) entre a agricultura e o meio urbano, privilegiando-se, no processo, a competição de recursos, dentro da agricultura, entre produtos de mercado externo e de mercado interno. Na mesma linha, Bacha (1982:100-101) atribuiu o crescimento satisfatório da oferta de alimentos, nas décadas dos cinquenta e sessenta, ao "comportamento cíclico dos preços dos produtos de exportação. O período Kubitschek, nesse sentido, foi muito favorável porque os preços dos produtos de exportação (o preço do café, por exemplo) sofreram grande deterioração". Como mostrado antes, entretanto, a década dos sessenta - por razões que incluem, com lugar de destaque, a fraca absorção de mão-de-obra no meio urbano - presenciou uma grande expansão da pequena produção na agricultura; o crescimento satisfatório da oferta de alimentos, naquele período, deve, portanto, ser atribuído a essa circunstância mais profunda, e não ao comportamento dos preços de exportação.

4 - IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA

Já se tornou um consenso que, dentro da estratégia geral de política econômica para a agricultura, prioridade especial deve ser concedida aos produtos alimentares básicos, de maneira a garantir o crescimento de sua oferta em condições de produtividade crescente. Desta maneira, a agricultura poderia contribuir, indiretamente, para a melhoria dos padrões de vida da população, uma contribuição especialmente relevante numa fase que se inicia com deterioração geral dos níveis de bem-estar social.

Se a análise sugerida neste trabalho estiver correta, então deve-se esperar que o atual desemprego na economia, e bem assim

o menor ritmo de absorção de mão-de-obra pelo meio urbano no próximo quinquênio, além de trazerem um menor crescimento da demanda interna de alimentos, impliquem um menor êxodo rural, devido à queda da renda alternativa de pequenos produtores e assalariados rurais. Essa menor absorção de mão-de-obra fora da agricultura, implicando na verdade uma queda no custo de oportunidade da mão-de-obra agrícola, deverá, pelas razões aludidas, beneficiar especialmente alguns produtos de mercado interno (como vimos: feijão, mandioca e milho). Dessa forma, deverão conjugar-se duas forças atuando no mesmo sentido de aliviar as pressões de alta nos preços de alimentos: aumento na oferta de fatores de produção (redução de custos) e menor crescimento da demanda. Esse maior potencial de crescimento da produção de alimentos, significa, naturalmente, também um maior potencial de expansão da produção exportável e da produção de biomassa.

É possível, contudo, que medidas destinadas especificamente a apoiar o pequeno produtor - uma fonte par excellence da oferta de alimentos básicos -, incluindo desde a comercialização até o próprio acesso à terra, via propriedade ou arrendamento, sejam necessárias para viabilizar esse maior potencial produtivo. Pesquisa adicional poderá esclarecer melhor este ponto.

De qualquer maneira, medidas que promovam uma maior estabilização de renda na produção de alimentos são indispensáveis, no médio e longo prazo, pois só assim esse setor perderá as características atuais que o tornam incapaz de competir, em fases de aceleração do crescimento econômico, pelos recursos da economia. A este respeito, vale notar que, ao contrário do que comumente se pensa, medidas de cunho estrutural que fortaleçam a base de recursos dos pequenos produtores não são suficientes para a expansão da produção de alimentos. Se não se reduzir o risco nesse setor, o fortalecimento desses pequenos produtores, ao permitir-lhes optar por atividades produtivas agrícolas mais atraentes, poderá, na verdade, levar a uma compressão maior ainda do setor de alimentos básicos na agricultura.

BIBLIOGRAFIA

BACHA, E.L. Introdução à macroeconomia - uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1982.

BARROS, J.R.M. e D.H. GRAHAM. A agricultura brasileira e o problema da produção de alimentos. Pesquisa e Planejamento Econômico, 8(3):695-726, dez. 1978.

CASTRO, P.R. Barões e bóias-frias: repensando a questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro, CEDES/APEC, 1982.

DIAS, G.L.S. (editor). Pobreza rural no Brasil: caracterização do problema e recomendações de política. Brasília, CFP: coleção análise e pesquisa, vol. 16, 1979.

DUARTE, J.C. e O. Queda. Agricultura e acumulação. Debate e Crítica, 2:90-97, janeiro-junho 1974.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Subsídios do trigo. Agroanalysis, 8(7):2-10, julho 1984.

FURTADO, C. O Brasil pós-"milagre". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

HOMEM DE MELO, F. Agricultura brasileira: incerteza e disponibilidade de tecnologia. Tese de livre docência. São Paulo, USP, 1978.

_____. Padrões de instabilidade entre culturas da agricultura brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico, 9(3):819-844, dez. 1979.

_____. Abertura ao exterior e estabilidade de preços agrícolas. Revista Brasileira de Economia, 35(2), abril-junho 1981.

- _____. A política econômica e a pequena produção agrícola. Estudos Econômicos, 12(3):67-85, 1982.
- _____. Instabilidade de renda e estabilização de preços agrícolas. Pesquisa e Planejamento Econômico, 13(3):829-862, dez. 1983a.
- _____. O problema alimentar no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983b.
- JOHNSON, D.G. Forward prices for agriculture. New York, Arno Press, 1976.
- MARTINE, G. Transformações recentes na agricultura e suas implicações sociais. Anais do XXII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: 69-98. Salvador, julho e agosto 1984.
- MUELLER, C. Fronteira, frentes e evolução recente da ocupação da força de trabalho rural no Centro-Oeste. Pesquisa e Planejamento Econômico, 13(2):619-660, agosto 1983.
- OZORIO DE ALMEIDA, A.L. et alii. Migrações internas e pequena produção agrícola na Amazônia: uma análise de política de colonização do INCRA. Quarto relatório de andamento. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, abril 1983 (mimeo).
- REZENDE, G.C. Produção, emprego e estrutura agrária na região caueira da Bahia. Pesquisa e Planejamento Econômico, 8(1):83-116, abril 1978.
- _____. Estrutura agrária, produção e emprego no Nordeste. Pesquisa e Planejamento Econômico, 9(1):33-82, abril 1979.
- _____. Estocagem e variação estacional de preços: uma análise da política de crédito de comercialização agrícola (EGF). Pesquisa e Planejamento Econômico, 14(1):95-136, abril 1984a.

_____. A política agrícola e a diminuição do subsídio do crédito rural. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, dez. 1984b (mimeo).

_____. Mercados de trabalho, crescimento econômico e salários rurais no Brasil. Anais do XII Encontro Nacional de Economia. São Paulo (SP), dez. 1984c.

SAYAD, J. Especulação em terras rurais, efeitos sobre a produção agrícola e o novo ITR. Pesquisa e Planejamento Econômico, 12 (1):87-108, abril 1982.

SILVA, S. Sobre a estrutura de produção no campo. In L.G.M. BEL LUZZO e R. COUTINHO (org.), Desenvolvimento capitalista no Brasil - 2. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____. Estudos sobre a estrutura de produção e a questão agrária. Cadernos IFCH Unicamp 11. Campinas, janeiro 1984.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

STRACHAN, L. Capitalism and the peasant: Northwest Paraná, Brazil. Tese de Ph.D., Universidade de Wisconsin (EUA), 1981.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)